



Lula, Fernando Henrique e Serra na fila da assinatura

Emoção e festa marcam a assinatura da nova Carta

BRASÍLIA — Primeira das mulheres constituintes a assinar a nova Constituição, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) não levou caneta. Depois de usar uma emprestada, perguntou ao funcionário da Mesa: "Posso levar a caneta como lembrança?" Não podia, mas Benedita levantou-se e saiu de fininho, levando a caneta. Depois, confessou: "Foi tão emocionante e fiquei tão nervosa quando assinei a Constituição, que prometi a mim mesma que iria levar a caneta como recordação."

Foi assim, num clima de emoção, festa e fotos com a família para a posteridade e a campanha eleitoral em curso, que os constituintes começaram a assinar os dez originais da Constituição que será promulgada a 5 de outubro. Teve de tudo no Salão Negro do Congresso. Até mesmo um papagaio de pirata, o décimo suplente de deputado federal pelo PTB de São Paulo, Ruy Codo, que insistiu em ficar o tempo todo ao lado dos constituintes que assinavam a nova Carta. "Se pudesse", comentou, "assinaria esse projeto. Afinal, fui mais assíduo ao plenário do que muitos constituintes." Na verdade, Codo foi um ativo lobista da indústria da química fina.

A honra da primeira assinatura coube ao relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Depois da pose para os fotógrafos, comentou: "Foi o momento mais importante da minha vida como homem público. Essa caneta vai para o escaninho das recordações dos meus netos." De acordo com o ritual estabelecido pela Mesa, deveriam assinar ontem a nova Carta os constituintes de sete bancadas: Rio Grande do Sul, São Paulo, Amapá, Espírito Santo, Amazonas, Roraima e Acre. A pressão da campanha eleitoral abriu uma exceção para o deputado Pimenta da Veiga (PSDB-MG), que assinou apressadamente a Constituição e foi para Belo Horizonte, onde é candidato a prefeito.

A bancada do Acre se preparou para o momento histórico. Todos os seus componentes usaram a caneta Parker compra-

da por Maria Frota Bezerra, mulher do senador Aluísio Bezerra, e que será entregue ao Museu do Acre. Depois a bancada posou para fotos, com todos segurando na mão a nova Constituição.

Nervoso, o deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), autor do capítulo sobre o meio-ambiente, não conseguiu esconder a emoção. Solicitado pelos fotógrafos para uma pose, não hesitou: virou-se para as máquinas no melhor sorriso rasgado de político populista. Depois, no cafezinho da Câmara, desabafou: "Estava tremendo. Foi um instante emocionante. Aprendi muitas coisas neste tempo todo."

Já o deputado Alécio Dias (PFL-AC) quis dividir o momento histórico com a mulher, os seis filhos e a mãe, que trouxe do Acre e posou com todos quando assinava o documento.

Participantes — No futuro, os historiadores não deverão estranhar que a Constituição de 1988 tenha sido promulgada com 600 assinaturas, embora o total de constituintes fosse 559. A diferença de números explica-se desde já: o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu que os parlamentares que não estiverem no exercício do mandato (por exercerem as funções de ministros ou secretários de Estado) e os suplentes que participaram dos trabalhos terão o direito de também assinar a Constituição, na qualidade de "membros participantes."

Assim, o ministro da Saúde, Borges da Silveira, e o secretário do Governo do estado de São Paulo, Roberto Rollemberg, puderam assinar os originais da Constituição ontem. Quando Rollemberg se sentou para assinar, seu suplente, deputado José Yunès, fazia o mesmo em outra mesa.

Os constituintes que morreram — senadores Virgílio Távora (PDS-CE), Antônio Farias (PMB-PE) e Fábio Lucena (PMDB-AM); deputados Alair Ferreira (PFL-RJ) e Norberto Schwantes (PMDB-MT) — terão seus nomes inscritos *in memoriam*.

Pronome 'seu' confunde Cabral

BRASÍLIA — A introdução do pronome *seu* e a mudança da denominação do Conselho Nacional de Comunicação para Conselho de Comunicação Social, provocou ontem uma confusão em torno da finalidade deste órgão, que será encarregado de ajudar o Congresso no exame das concessões de rádio e televisão. "Na minha opinião, a inclusão do pronome *seu* muda o sentido do artigo", disse o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), ao alertar o relator Bernardo Cabral do ocorrido na redação final distribuída a todos os constituintes ontem.

Surpreso, Bernardo Cabral respondeu a Vivaldo que não sabia qual era a procedência desse pronome e nem como ele tinha ido parar ali. Quanto à mudança do nome do Conselho, Cabral explicou que ela foi resultado de uma sugestão do relator adjunto José Fogaça (PMDB-RS), "que alegou ser a sua denominação mais coerente com o capítulo, que fala o tempo todo em comunicação social". O relator explicou, além disso, que consultou líderes e não houve nenhuma oposição à mudança.

Enquanto não se resolvia a polêmica que ocupou os 4 cantos do salão negro, onde vários constituintes assinavam a nova carta, foi crescendo o número de interpretações que a inclusão da palavra *seu* acarretaria. Um forte boato de que um telefonema de uma emissora de televisão teria incluído o pronome na calada da noite, também começou a ganhar espaço.

O presidente da constituinte, Ulysses Guimarães resolveu acabar logo com a confusão. Chamou Cabral à sua sala e o relator, afirmando mais uma vez não saber a procedência do pronome, deu ordens imediatas à Gráfica do Senado para que fosse apagado o pronome e as dúvidas a seu respeito.

Como estava: "Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como *seu* órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social". Como ficou: "Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei".

Anc
X